

Carro adiante dos bois

12 JUL 1996

SÉRGIO NOGUEIRA LOPES *

Os que estudaram a tragédia de nossa educação básica concordam em que não há salvação possível fora da escola formal, que se assenta sobre três pilares essenciais: o professor competente, o livro adequado e o conhecimento do aluno. É o que ensina a experiência de países sérios, ricos e pobres, que conseguiram resolver o problema de um ensino fundamental, universalizado e de qualidade.

A anunciada iniciativa do Ministério da Educação e do Desporto, de dotar as escolas públicas brasileiras de 500 mil computadores ao custo de R\$ 300 milhões, valoriza o livro em detrimento dos demais fatores da boa escola. Enriquece a relação do aluno com esse instrumento de aprendizagem, através da linguagem audiovisual e do jogo interativo a que o computador se presta; mas ignorando a realidade do aluno brasileiro, na maioria proveniente das camadas mais carentes da população. E de alguma sorte insinuando, com a aplicação tão maciça de recursos, que o papel do professor possa ficar em segundo plano.

Onde está nisso tudo uma escala inteligente de prioridades, não se vê. O próprio MEC já constatou o quanto nosso livro didático é deficiente, ao descredenciar recentemente as editoras responsáveis por cerca de 300 manuais até agora em uso nas escolas públicas. Com textos de má qualidade, não fará muita diferença, na reabilitação de nosso ensino fundamental, se se trata do livro impresso ou do "livro eletrônico" dos computadores. O meio não irá corrigir os erros da mensagem. Pode até reforçá-los.

O mais grave é levar computadores 486 a escolas onde não há pessoas capacitadas

para a utilização de equipamentos tão sofisticados. Chega a ser uma perversidade que só pode ser atribuída a uma ótica voltada para a criança de pais bem situados na vida e educados, que, muito antes de chegar à escola, já adquiriu familiaridade com as imagens a que a escola recorrerá e com os hábitos e técnicas que irá exigir.

O MEC não desconhece a pesquisa feita pelo IBGE e pelo Ipea, em 1985, sobre as escolas públicas de primeiro grau no país: metade não tinha luz elétrica, 27% não tinham água corrente, poço ou nascente (no Nordeste, 48%) e um quarto não tinha banheiro de espécie alguma (nas escolas rurais do Nordeste, 45%). Não é de se esperar que o aluno, pouco familiarizado até com a técnica rudimentar de manejo de uma torneira ou de uma válvula de vaso sanitário, demonstre alguma eficiência diante de um teclado de computador.

Pude constatar essa precariedade tão generalizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Há escolas cobertas com telhas de amianto, que fazem a temperatura interna das salas de aula alcançar o insuportável durante o verão. Em Queimados, por exemplo, encontrei uma escola em que a temperatura no mês de dezembro chegava a 46°C. Condições, pois, em que é difícil raciocinar, aprender a somar; que inibem a movimentação de um único neurônio. Imagine-se trabalhar nessas escolas com um computador.

Não me surpreendem os índices elevadíssimos de repetência no primeiro grau, nas escolas públicas do Município do Rio, revelados há dias pela Secretaria Municipal de Educação. E também não me surpreende que nem 20% dos alunos consigam chegar à oitava série sem repetir ano algum. Porque sei, através de pesquisa por

nós realizada recentemente, que quase 70% das crianças das escolas públicas de primeiro grau precisam de algum tipo de tratamento especializado. Na Baixada Fluminense, esse índice alcança a casa dos 80% — ou seja, oito em cada grupo de 10 alunos necessitam do psicólogo, do fonoaudiólogo, do terapeuta ocupacional, do fisioterapeuta etc...

Aqueles R\$ 300 milhões poderiam não ser o desperdício descomunal que são se, em vez de comprarem toda a produção nacional de computadores 486, fossem empregados na contratação daqueles profissionais. Quando se fala em professor, não se entende apenas o que tem regência de turmas, o que atua na sala de aula de carteiras, quadro-negro e giz. É professor todo aquele que dá apoio técnico ao processo educativo e à aprendizagem na escola formal. Só no Município do Rio de Janeiro, cuja rede pública de primeiro grau chega a 1.032 escolas, poderíamos empregar cerca de 5 mil profissionais, entre psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais.

Para atacar em tempo o descalabro de nossa educação, é preciso optar. Optar pelo mais urgente — que é o mais essencial — e pelo mais fácil — que é o menos extravagante. E é certamente mais urgente e sobretudo menos extravagante ter clima (no mais literal sentido) para motivação nas escolas e salas de aula; ter professores atualizados e técnicos habilitados; e ter carteiras e livros didáticos adequados, do que comprar 500 mil computadores. O gasto só faria perpetuar a miséria essencial de nosso ensino e a inutilidade prática da escola pública.